

LUIZ GONZAGA BELLUZZO
GABRIEL GALÍPOLO

MANDA QUEM PODE,
OBEDECE QUEM TEM
PREJUÍZO

1ª REIMPRESSÃO

São Paulo

2017



CONTRA CORRENTE

A história dos últimos 40 anos desvela as raízes do déficit democrático. Aos neoliberais não interessa reduzir o tamanho do Estado, senão capturar suas forças para apoiar a difusão da concorrência em todas as esferas da vida.

Encarnada na concorrência entre as grandes empresas oligopolistas e nos mercados financeiros enlouquecidos, a “razão privada” tomou de assalto a esfera pública. Enquanto conta a fábula “Mais Estado, Menos Estado” trata de submeter a seu comando os regimes fiscais e tributários, espremendo os recursos destinados a atender às demandas dos setores mais frágeis e sub-representados.

A burocracia do Estado passou a adotar a “racionalidade” privada na gestão da coisa pública e isso afetou o comportamento de todos os agentes públicos, desde as empresas até os órgãos encarregados de administrar a justiça, para não falar das políticas de saúde, educação, transporte de massa, entre outros. O projeto ocidental da cidadania democrática e igualitária não “cabe” no espartilho amarrado na ilharga das sociedades pela “racionalidade” do capitalismo contemporâneo.

CAPÍTULO II

GLOBALIZAÇÃO

A recuperação do poder do dólar em 1979 instaurou um novo regime de coordenação da economia mundial e abriu espaço para o comando dos mercados financeiros anglo-saxões sobre as estratégias empresariais. Como demonstrado anteriormente, ao contrário do que reza a vulgata de certa esquerda ou pregam os delírios da direita obtusa, a nova etapa do capitalismo – dita neoliberal – não buscou e muito menos realizou a propalada redução das funções do Estado. Em sua sã e sábia perspectiva sistêmica, o neoliberalismo promoveu a apropriação do Estado pelas forças da grande corporação transnacional empenhada na concorrência global. Desde os anos 80, o capitalismo “social” e “inter-nacional” do imediato pós-guerra transfigurou-se no capitalismo “global”, “financeirizado” e “desigual”.

Ao longo das últimas décadas, o acirramento da concorrência – esta é a alma da globalização – impôs às empresas de diversas origens a formação de *joint-ventures* e a busca de cooperação e de alianças estratégicas. Este movimento foi determinado fundamentalmente pelos custos de inovação e por exigências de escala relacionadas com a nova onda de progresso técnico – telecomunicações, informática, microeletrônica e automação industrial, química fina – de rápida difusão desde os anos 80.

A globalização provocou uma verdadeira revolução na estrutura econômica mundial. Há três grandes transformações concomitantes que se não são desconsideradas, são apresentadas como processos desconexos: a reorganização da estrutura produtiva; a onda de fusões e aquisições que transformou o sistema financeiro; e a centralização da propriedade.

A profunda reorganização empresarial resultou nas cadeias globais de valor. A reestruturação produtiva das últimas décadas atingiu todos os setores da economia mundial, levando a uma redução drástica do número de empresas. Toda a economia mundial passou a ser dominada por pouquíssimas empresas, em geral, de países altamente desenvolvidos.

Oligopólio Global na Revolução Comercial (1998-2000)		
Nome da Companhia	Sector	(%) no Mercado Global
Aeroespacial		
Boeing	Encomendas de aviões comerciais com mais de 100 assentos	70
Airbus	Encomendas de aviões comerciais com mais de 100 assentos	30
Rolls-Royce	Encomendas de motores aeronáuticos	34
GE	Encomendas de motores aeronáuticos	53
Pratt & Whitney	Encomendas de motores aeronáuticos	13
TI		
Lucent	Equipamentos de Internet e telecomunicações	17
Intel	Micro-processadores	85
Microsoft	Sistemas Operacionais de PCs	85
Microsoft	Aplicativos de negócios para computadores	90
Cisco	Roteadores de computadores	66
	: roteadores de ponta	80
Corning	Fibra ótica	50
Hyundai Electronics	DRAM	21
Samsung Electronics	DRAM	20
Sony	Jogos eletrônicos	67
Nintendo	Jogos eletrônicos	29
Ericsson	Telefones celulares	15
Nokia	Telefones celulares	23
Motorola	Telefones celulares	20
Produtos Farmacêuticos		
	Medicamentos prescritos	7
	: sistema nervoso central	12
	: anti-infecções	17
	: respiratório	17
	: anti-asma	31
	: anti-herpes	49
	Medicamentos prescritos	5
	: estatina anti-colesterol	40
	: inibidores da enzima de conversão da angiotensina	30
	Tecnologias de terapia intervencionista/implantáveis*	45
	: marca-passos	50+
Veículos		
Ford/Mazda/Volvo	Automóveis	16
GM	Automóveis	15
Daimler-Chrysler	Automóveis	10
VW	Automóveis	9
Toyota	Automóveis	9

O trabalho pioneiro de James Glattfelder, *Decoding Complexity: uncovering patterns in economic networks*, desvela de forma rigorosa a concomitância entre a constituição das cadeias globais de valor e a brutal centralização do controle da produção e da distribuição da riqueza em um núcleo reduzido de grandes empresas e instituições da finança “mundializada” que mantêm entre si nexos de dependência nas decisões estratégicas.

Em trabalho bastante inovador, Glattfelder busca demonstrar as relações acionárias entre as grandes corporações e sintetiza a situação: 36% das grandes transnacionais detêm 95% das receitas operacionais de todas as 43.000 empresas transnacionais conhecidas. Mais importante: os 737 principais acionistas têm o potencial de controlar 80% do valor destas empresas. Estes acionistas são principalmente instituições financeiras e fundos de investimento dos Estados Unidos e do Reino Unido.

Apenas 100 empresas concentram 60% do gasto em P&D, sendo 2/3 dos gastos realizados em apenas 3 setores (informática, farmacêutico e automotivo). Tamanho grau de concentração empresarial ampliou o poder de mercado das grandes corporações e a condições de concorrência do mercado mundial de modo jamais visto.

Concentrando seus recursos no que fazem melhor, no *core business* (marca, marketing, design, pesquisa & desenvolvimento – P&D), as grandes empresas ganharam dimensão global através de fusões e aquisições e se tornaram integradoras de grandes cadeias globais de produção terceirizadas. A empresa integradora se desverticalizou, vendendo ativos e terceirizando atividades, e forçou seus fornecedores a também ganharem escala mundial e a se fundirem, num grande efeito cascata.

As alianças estratégicas e distribuição espacial da produção, promovida pela nova onda de internacionalização produtiva, ensejaram, entre outras coisas, uma formidável centralização do capital e a dispersão dos investimentos e do comércio entre os países avançados e emergentes. Na primeira etapa da atual globalização produtiva e financeira saíram-se bem os que souberam atrelar, de forma ativa e inteligente, os

Renault/Nissan	Automóveis	9
Componentes para Veículos		
Pilkington	Vidro automotivo	25
GKN	Juntas homocinéticas	40
Tenneco	Amortecedores / sistemas de exaustão do carro	25
Lucas	Sistemas de freios	25
Bosch	Sistemas de freios	31
Bridgestone	Pneus	19
Michelin	Pneus	18
Goodyear	Pneus	14
Petroquímica		
BP Amoco	PTA	37
	Ácido acético (licenças de tecnologia)	70
	Acrilonitrila (licenças de tecnologia)	90
Equipamentos Complexos		
Invensys	Equipamentos de controle/automação	11
Siemens	Equipamentos de controle/automação	10
ABB	Equipamentos de controle/automação	9
Emerson	Equipamentos de controle/automação	8
Fanuc	Controles de máquinas-ferramentas	45
Schindler	Elevadores	25
Otis	Elevadores	18
Mitsubishi	Elevadores	13
Kone	Elevadores	9
Bens de consumo rápido		
Coca-Cola	Refrigerantes	51
Procter and Gamble	Absorventes íntimos	48
Gillette	Navalhas	70
Fuji Film	Filmes de câmera	35
Chupa Chups	Pirulitos	34
Nike	Tênis	36
Embalagens		
Toray	Filme de poliéster	60
Sidel	Máquinas de embalagem plástica PET	55
Alcoa/Reynolds	Alumínio	24
Equipamento Elétrico		
GE	Turbinas a gás (1993-98)	34
Siemens/Westinghouse	Turbinas a gás (1993-98)	32
ABB/Alstom	Turbinas a gás (1993-98)	21

* Incluindo marcapassos, desfibriladores implantáveis, leads, programadores para o tratamento de pacientes com batimentos cardíacos irregulares

Fonte: NOLAN, P. *China and the Global Economy: National Champions, Industrial Policy and the Big Business Revolution*. London: Palgrave Macmillan UK, 2001.

projetos nacionais de desenvolvimento à nova configuração da economia mundial proposta pelas multinacionais.

Neste mundo de domínio absoluto das grandes empresas e da finança, apesar das dificuldades de desenvolvimento para os países emergentes, a China conseguiu se sobressair.

A reestruturação financeira, produtiva e empresarial foi acompanhada da liberalização das contas de capital nos países ditos emergentes, como também estimulou a desregulamentação financeira nas economias centrais. O mesmo movimento impulsionou a metástase produtiva da grande empresa americana, europeia e japonesa para a Ásia dos pequenos tigres e novos dragões. O Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão publicou recentemente o *White Paper on International Economy and Trade*, que registra a intensa migração das empresas japonesas para os vizinhos, particularmente para a China, depois que o Acordo do Plaza impôs em 1985 a valorização do iene.

Henry Kissinger, em seu livro *Sobre a China*, descreve o processo de aproximação entre EUA e China durante a gestão Nixon (1968-1974), da qual foi assessor de Segurança Nacional, como resultado de interesses comuns em frear a “ameaça do projeto de hegemonia soviética”. Narra que quando Zhou Enlai (ou Chou En-Lai), premiê Chinês no período, escreveu sobre o restabelecimento da amizade entre os povos chinês e americano, descreveu como uma atitude necessária para promover um novo equilíbrio internacional, não um estado final de relacionamento entre os povos.

Na década de 1970, momento da aproximação China-EUA, a experiência do capitalismo “social” e “inter-nacional” do imediato pós-guerra sofria do mal-estar do primeiro choque do petróleo, da estagnação e do endividamento da periferia alimentado pela reciclagem dos petrodólares.

De uma perspectiva geopolítica e geoeconômica, a inclusão da China no âmbito dos interesses americanos é o ponto de partida para a ampliação das fronteiras do capitalismo, movimento que iria culminar no colapso da União Soviética e no fortalecimento dos valores e propostas do ideário neoliberal.

A relação econômica sino-americana promoveu o fluxo de investimento dos Estados Unidos para a China, a exportação de manufaturas com ganhos de escala refletidos em baixos preços da China para os EUA, o endividamento para sustentar o consumo das famílias americanas submetidas à estagnação ou queda dos rendimentos. Foi na força do dólar e na resiliência de seu mercado financeiro que a grande empresa americana sustentou a migração de suas fábricas para regiões de menor custo relativo.

As empresas deslocaram sua produção manufatureira para as regiões em que prevalecem baixos salários, câmbio desvalorizado e alta produtividade do trabalho, desatando a “arbitragem” com os custos salariais, estimulando a flexibilização das relações de trabalho. Americanos, europeus e japoneses correram para a “Chinásia” e os alemães, mesmo frugais, saltaram para os vizinhos do Leste. Destas praças, exportaram manufaturas baratas para os países e as regiões de origem ou de sua influência.

As entradas de “investimento de portfólio” financiaram a saída líquida de capital produtivo. Nesse jogo da grande finança com a grande empresa, conforma-se uma mancha manufatureira que pulsa em torno da China.

Depois da crise asiática de 1997/1998, à exceção da China, os países mais afetados promoveram fortes desvalorizações cambiais que contribuíram para deprimir ainda mais os preços dos manufaturados. As desvalorizações asiáticas deram fôlego à euforia consumista americana amparada no crédito fácil, enquanto estagnavam os rendimentos da massa assalariada. Daí a fragilização dos balanços das famílias e dos países envolvidos na trama dos assim chamados desequilíbrios globais.

A partir da recuperação das economias asiáticas em 1999, entram em cena os elevados superávits comerciais e a célere acumulação de reservas dos tigres e dragões, frutos da busca por proteção contra o risco de novos e indesejáveis solavancos financeiros e da sistemática defesa das taxas de câmbio competitivas. As reservas chinesas em dólares fechavam o circuito endividamento-gasto-renda-poupança. Enquanto o Japão

patinava e ainda patina na estagnação sem fim, abriam-se as portas para a rápida e avassaladora ascensão do Império do Meio, alçado em poucas décadas para a cumeira da economia global, ocupando hoje o segundo posto na hierarquia das potências econômicas.

Entre 2001 e 2004, a forte redução de taxas de juros promovida pelo *Federal Reserve* para digerir a “bolha dot-com”, tornou suave a recessão americana e, de quebra, deflagrou o “inchaço” da outra bolha, a imobiliária. A partir de 2004, consolidada expansão da economia, o FED reiniciou a subida dos juros de curto prazo. Mas a taxa formada nas transações com os títulos de dez anos – o *benchmark* do mercado secundário – se manteve num nível inferior.

A chamada Grande Moderação dos juros baixos e da inflação estimulou a febre de valorização de ativos e sustentou a “exuberância irracional”, levando às alturas os preços dos bônus, imóveis, *commodities* e moedas de países emergentes.

Na Europa, a introdução da moeda única foi simultânea à “transição americana” que, entre o final dos anos 1990 e a década seguinte deslocou a bolha das ações das empresas de tecnologia para o mercado imobiliário. As políticas monetárias de digestão dos excessos da bolha anterior prepararam o caminho para a formação de uma nova etapa de operação do que Ben Bernanke chamou de “acelerador financeiro”.

A sobre liquidez injetada pelas intervenções do *Federal Reserve* e a redução da *policy rate* americana derramaram seus efeitos sobre o mercado global. Na aurora do Euro, a eliminação do risco cambial pela adoção da mesma moeda por gregos e troianos provocou a queda dos *spreads* entre os títulos alemães e os custos incorridos na colocação de papéis públicos e privados dos países da chamada periferia europeia. A queda dos juros e a ampliação dos prazos deflagram uma orgia de endividamento privado na Espanha, Irlanda, Portugal e quejandos. Isso desatou uma intensa competição entre os bancos alemães, franceses, suecos, austríacos, ingleses. A competição entre eles promoveu um caudaloso “movimento de capitais” que fluía do centro para a periferia da Europa.

A Espanha pode ser tomada como caso paradigmático: viveu a euforia da bolha imobiliária, as delícias do consumo das famílias “enriquecidas” com a valorização das casas. Antes do euro era impossível

na Espanha a obtenção de empréstimos de 20 anos com taxa fixa. Depois da introdução da moeda única os espanhóis foram agraciados com uma oferta de crédito em rápida expansão e a taxas e prazos convidativos. Essas condições impulsionaram o mercado imobiliário, e sopraram a bolha que gerou a euforia da “Década Dourada”. Os fundamentos fiscais eram excelentes: os superávits fiscais e baixa relação dívida/PIB da Espanha deixaram os alemães de queixo caído e de bolso cheio. As importações da Ibéria – assim como de outros periféricos – impulsionavam os superávits comerciais da Alemanha e produziam alentados déficits na conta corrente dos espanhóis e semelhantes.

A crise europeia é uma aula sobre a privatização dos ganhos e socialização das perdas. Diante do colapso dos preços dos ativos, os bancos centrais foram compelidos a tomar medidas de provimento de liquidez e de capitalização dos bancos enclacrados em créditos irrecuperáveis. Para curar a ressaca da bebedeira imobiliária, os governos engoliram o estoque de dívida privada e expeliram uma montanha de títulos públicos.

Nas pegadas da globalização financeira, as condições monetárias nos países desenvolvidos – particularmente nos Estados Unidos – determinam o volume de capitais que buscam os mercados emergentes. Às políticas econômicas “internas” cabe o papel de buscar relações entre câmbio e juros atraentes para os capitais em movimento.

Os países de moeda não conversível se dilaceram entre o objetivo de manter a inflação sob controle e o propósito de não danar o crescimento ou colocar em risco a estrutura industrial e, conseqüentemente, o “arcabouço” de geração de renda e emprego. O Brasil manteve por 20 anos uma combinação câmbio-juro hostil ao crescimento da indústria manufatureira e amigável à arbitragem sem risco. A moeda brasileira e seu juro básico formaram um par atraente para os participantes da corrida global por ativos mais rentáveis. A valorização do câmbio foi largamente utilizada no Brasil para manter a inflação sob controle. A ferro-cada exportadora da indústria faz parceria com a invasão das importações de produtos manufaturados, prenhes de incentivos e subsídios oferecidos generosamente pelos competidores espertos.

Em contraposição, nas últimas três décadas a China executou políticas nacionais de industrialização ajustadas ao movimento de expansão

da economia “global”. As lideranças chinesas perceberam que a constituição da “nova” economia mundial passava pelo movimento da grande empresa transnacional em busca de vantagens competitivas, com implicações para a mudança de rota dos fluxos do comércio. Os chineses ajustaram sua estratégia nacional de industrialização acelerada às novas realidades da concorrência global e às vantagens domésticas da oferta ilimitada de mão de obra.

No início dos anos 1980 a China acelera em direção a um projeto de inserção competitiva no mercado globalizado, realizando reformas políticas e diversos acordos comerciais regionais. Em 1986 a economia chinesa passou a ser observada pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) em busca da sua inclusão na Organização Mundial do Comércio, passo fundamental para se estabelecer como potência econômica mundial. Suas investidas iniciais foram frustradas pelas exigências de reformas em suas políticas industriais e comerciais impostas pelos Estados Unidos, Europa e Japão.

Nos anos 1990 o engajamento americano desempenha papel essencial para a inclusão da China na OMC. O discurso do então Presidente Bill Clinton exaltava o acesso ao potencial mercado consumidor chinês, enquanto os interesses corporativos, com forte poder de lobby em Washington, almejavam facilitar o *offshoring* de empresas baseadas nos EUA, para poder exportar de países com menores custo de produção para o mercado consumidor norte-americano.

A China se torna membro da OMC em dezembro de 2001, ampliando o acesso a investimento estrangeiro e ao mercado global, provocando transformações no comércio e nos fluxos de capitais internacionais, patentes nos dados de investimento direto estrangeiro norte-americanos e na conta corrente chinesa.

As lideranças chinesas entenderam perfeitamente que as políticas liberais recomendadas pelo Consenso de Washington não deveriam ser “cópiadas” pelos países emergentes. Também compreenderam que a “proposta” americana para a economia global incluía oportunidades para o seu projeto nacional de desenvolvimento. Ao longo dos últimos 30 anos, a China tirou proveito da “abertura” da economia ao investimento estrangeiro. Mas foram as estratégias nacionais que definiram as políticas de absorção de tecnologia com excepcionais ganhos de escala e

de escopo, adensamento das cadeias industriais e crescimento das exportações. Os chineses jamais imaginaram que sua escalada industrial e tecnológica pudesse ficar à mercê de uma abertura sem estratégia ou apenas na dependência da oferta ilimitada de mão de obra.

Por isso, a China cresceu mais e exportou ainda melhor. Conseguiu administrar uma combinação favorável entre câmbio real competitivo e juros baixos, acompanhada da formação de redes domésticas entre as montadoras e os fornecedores de peças, componentes, equipamentos e sistemas de logística.

A ação estatal cuidou, ademais, dos investimentos em infraestrutura e utilizou as empresas públicas como plataformas destinadas a apoiar a constituição de grandes conglomerados industriais preparados para a batalha da concorrência global.

Não é difícil perceber que as estratégias chinesas de expansão acelerada, impulso exportador, rápida incorporação do progresso técnico e forte coordenação do Estado foram inspiradas no sucesso anterior de seus vizinhos, sobretudo Japão e Coreia.

Os sistemas financeiros que ajudaram a erguer os antecessores da China eram relativamente “primitivos” e especializados no abastecimento de crédito subsidiado e barato às empresas e aos setores “escolhidos” como prioritários pelas políticas industriais. O circuito virtuoso ia do financiamento para o investimento, do investimento para a produtividade, da produtividade para as exportações, daí para os lucros e dos lucros para a liquidação da dívida.

A experiência chinesa combinou o máximo de competição – a utilização do mercado como instrumento de desenvolvimento – e o máximo de controle das instituições centrais da economia competitiva moderna: o sistema de crédito, a política de comércio exterior, a administração da taxa de câmbio, os mecanismos de fomento à inovação científica e tecnológica. Os bancos públicos foram utilizados para dirigir e facilitar o investimento produtivo e em infraestrutura.

O sistema financeiro desempenhou a função de orientar de forma centralizada a trajetória do desenvolvimento econômico. Funcionou como um mecanismo de alocação de capital para os setores prioritários,

aqueles mais ajustados à maximização da taxa de investimento e ao adensamento das cadeias de valor. Essa dupla função foi exercida com proficiência até a eclosão da crise global.

	Taxas de Crescimento Real do PIB em 2000 - 2010 (%)									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
China	8,3	9,1	10,0	10,1	11,3	12,7	14,2	9,6	9,2	10,3
EUA	1,1	1,8	2,5	3,5	3,1	2,7	1,9	-0,3	-3,5	3,0
Japão	0,2	0,3	1,4	2,7	1,9	2,0	2,4	-1,2	-6,3	4,0
Alemanha	1,4	0,0	-0,4	0,7	0,8	3,9	3,4	0,8	-5,1	3,6
França	1,8	0,9	0,9	2,3	1,9	2,7	2,2	-0,2	-2,6	1,4
Reino Unido	2,5	2,1	2,8	3,0	2,2	2,8	2,7	-0,1	-4,9	1,4
Itália	1,8	0,5	-0,0	1,5	0,7	2,0	1,5	-1,3	-5,2	1,3
Índia	3,9	4,6	6,9	7,5	9,0	9,5	10,0	6,2	6,8	10,1

Fonte: TSELICHTCHEV, Ivan. *China Versus the West The Global Power Shift of the 21st Century*. Singapore: John Wiley & Sons Singapore Pte. Ltd, 2012.

Participação nas Exportações Mundiais de Mercadorias

	1983	1993	2003	2010
EUA	11,2	12,6	9,8	8,4
Alemanha	9,2	10,3	10,2	8,3
França	5,2	6,0	5,3	3,8
Itália	4,0	4,6	4,1	2,9
Reino Unido	5,0	4,9	4,1	2,7
Japão	8,0	9,9	6,4	5,1
China	1,2	2,5	5,9	10,4
Índia	0,5	0,6	0,8	1,4
Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: TSELICHTCHEV, Ivan. *China Versus the West The Global Power Shift of the 21st Century*. Singapore: John Wiley & Sons Singapore Pte. Ltd, 2012.

	Volume de Produção de Cinco Itens Eletrônicos Chave*									
	TV a Cores		Profítors de Vídeo [†]		Telefones Móveis		PCs		Cinemas Digitais	
	2000	2008	2000	2008	2000	2008	2000	2008	2000	2008
Mundo	132.210	200.626	74.670	101.142	423.150	1.210.140	128.207	285.086	15.280	136.080
	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)
China	31.990	84.944	18.250	67.560	41.000	657.610	24.669	277.185	450	85.640
	(24,2)	(42,3)	(24,4)	(66,8)	(9,7)	(52,7)	(19,2)	(97,2)	(2,9)	(62,8)
América do Norte	24.022	24.335	2.070	0	52.000	49.690	30.130	0	0	0
	(18,1)	(12,0)	(2,7)	(0,0)	(12,3)	(4,1)	(23,5)	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Europa	25.270	40.822	12.650	3.020	183.400	92.640	17.180	540	0	0
	(19,3)	(20,3)	(16,9)	(3,0)	(43,3)	(7,7)	(13,4)	(0,2)	(0,0)	(0,0)
Japão	2.150	9.010	6.530	3.420	55.350	34.990	9.888	5.655	11.170	29.650
	(1,6)	(4,5)	(8,7)	(3,4)	(13,1)	(2,9)	(7,7)	(2,0)	(7,2)	(21,8)
Coreia do Sul	10.820	6.951	4.850	1.600	57.500	155.780	7.370	1.006	790	1.770
	(8,2)	(3,5)	(6,5)	(1,5)	(13,6)	(12,9)	(5,7)	(3,5)	(5,2)	(1,3)
Taiwan							32.660	700	1.900	0
							(25,5)	(0,2)	(12,4)	(0,0)
Malásia	13.510	5.554	14.990	11.662	4.800	13.550	2.260	0	500	4.780
	(9,9)	(2,8)	(10,1)	(11,0)	(1,1)	(1,1)	(1,8)	(0,0)	(3,6)	(13,5)
Índia					5.000	146.970 [‡]				
						(12,1)				

Volume: mil unidades (%)

* Dados para Coreia, Taiwan, Malásia e Índia são apresentados somente quando sua participação de produção global é significante

† Para 2000: vídeos-cassetes, DVD players e gravadores de DVD; para 2008: DVD players, gravadores de DVD; Blu Disc players e gravadores de Blu Disc.

‡ 2005

Fonte: TSELICHTCHEV, Ivan. *China Versus the West The Global Power Shift of the 21st Century*. Singapore: John Wiley & Sons Singapore Pte. Ltd, 2012.

Maiores Exportadores de Roupas

	2000	2009
Mundo	197.570 (100,0)	315.622 (100,0)
China	36.071 (18,3)	107.261 (34,0)
Índia	5.260 (2,7)	11.454 (3,6)
União Européia	56.240 (28,5)	96.797 (30,7)
UE (extra-UE apenas)	12.954 (6,6)	21.682 (6,9)
EUA	8.629 (4,4)	4.186 (1,3)
Indonésia	4.734 (2,4)	5.915 (1,9)
Coreia do Sul	5.027 (2,5)	1.396 (0,4)
México	8.631 (4,4)	4.165 (1,3)
Bangladesh	5.067 (2,6)	10.726 (3,4)
Turquia	6.533 (3,3)	11.555 (3,7)

Valor: US\$ milhões (%)

Fonte: TSELICHTCHEV, Ivan. *China Versus the West The Global Power Shift of the 21st Century*. Singapore: John Wiley & Sons Singapore Pte. Ltd, 2012.

	Produção, Exportação/Importação e Uso Doméstico de Máquinas-Ferramenta (2009)			
	Produção	Exportação	Importação	Uso Doméstico
China	15.000	1.400	5.800	19.400
Alemanha	10.249	7.203	2.225	5.451
Japão	7.095	4.219	443	3.319
EUA	5.239	3.316	818	2.741
Itália	2.324	1.215	2.260	3.370
Suíça	2.118	1.824	571	866
Espanha	1.060	800	299	560
Taiwan	2.419	1.936	363	847
Coreia do Sul	2.665	1.212	1.133	2.586

Valor: US\$ milhões

Fonte: TSELICHTCHEV, Ivan. *China Versus the West The Global Power Shift of the 21st Century*. Singapore: John Wiley & Sons Singapore Pte. Ltd, 2012.

	2000		2009-2008	
	Produção	Exportação	Produção	Exportação
China	2.069 (605)	0	13.791 (10.384)	681
Japão	10.141 (8.359)	4.455	7.935 (6.862)	5.915
EUA	12.800 (5.542)	1.477	5.709 (2.246)	1.966
Alemanha	5.527 (5.132)	3.723	5.210 (4.965)	4.501
Espanha	3.033 (2.366)	1.317	2.170 (1.813)	2.181
França	3.348 (2.880)	3.619	5.709 (2.246)	4.322
Coreia do Sul	3.115 (2.602)	1.676	3.513 (3.158)	2.684
Reino Unido	1.814 (1.641)	1.159	1.090 (999)	1.254
Índia	801 (518)	44	2.633 (2.166)	526

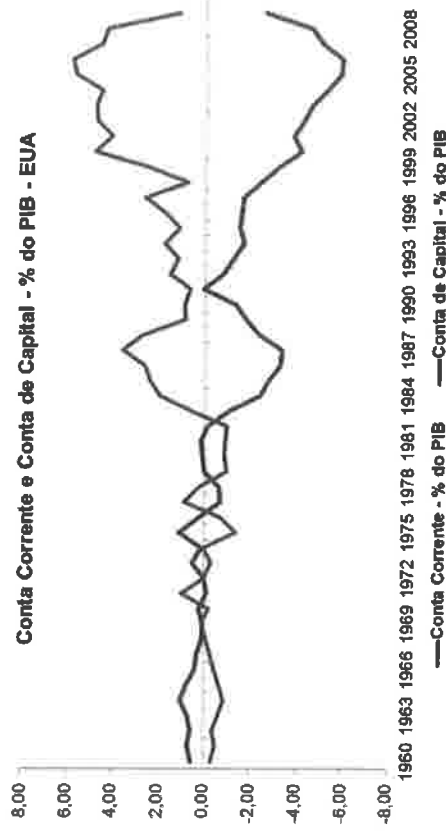
Mil unidades; em parênteses: produção de carros de passageiros

Fonte: TSELICHTCHEV, Ivan. *China Versus the West The Global Power Shift of the 21st Century*. Singapore: John Wiley & Sons Singapore Pte. Ltd, 2012.

Na escalada produtivista asiática, os preços de exportação das manufaturas caíram substancialmente entre 1995 e 2007 e acentuaram a queda depois da crise financeira. Esse declínio continuado dos preços das manufaturas teve grande impacto no comportamento da inflação global. O modelo sino-americano garantiu inflação baixa e taxas de juros ídem.

A articulação entre os fatores que impulsionaram a expansão da economia globalizada percorre: 1) o crescimento continuado dos fluxos brutos de capitais para o mercado americano; 2) a migração da produção manufatureira para os países de baixo custo da mão de obra; 3) os métodos inovadores de “alavancagem” financeira; 4) a valorização dos ativos imobiliários e o endividamento excessivo das famílias nos Estados Unidos e na “periferia” europeia; 5) a insignificante evolução dos rendimentos da população, cada vez mais “precarizada” e menos assalariada; 6) a conseqüente ampliação das desigualdades; 7) a degradação dos sistemas progressivos de tributação e o encolhimento da proteção social; e, apesar disso, 8) observa-se a persistência de déficits fiscais alentados e a expansão das dívidas dos governos.

Conta Corrente e Conta de Capital - % do PIB - EUA

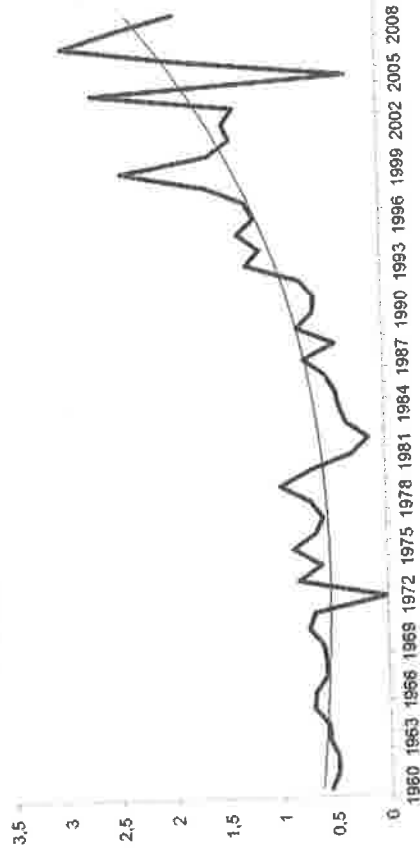


Fonte: FACAMP. *Origens e Natureza da Crise Atual*: aspectos internacionais. Disponível em <http://pt.slideshare.net/feers/aula-cultura-origemnaturezadacrisatual-qualitas>. Acesso em 10.01.2017.

No mundo em que prevalece a mobilidade de capitais, o “privilegio exorbitante” concedido pela gestão da moeda reserva permite a convivência entre superávits na conta financeira e as inconveniências da valorização do dólar, combinação que engendra o encolhimento da manufatura americana e déficits crônicos em conta corrente. A elevada liquidez e a alta “elasticidade” dos mercados financeiros globalizados patrocinam a exuberante expansão do crédito nos Estados Unidos, a

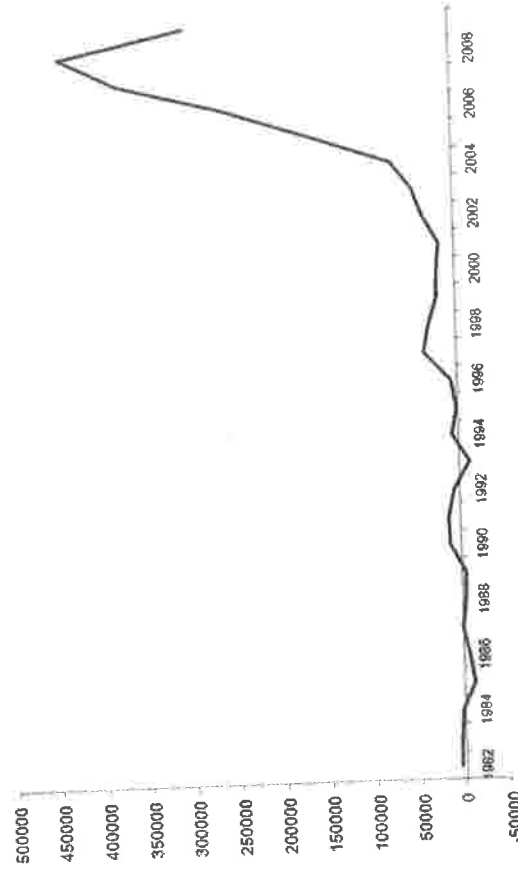
inflação de ativos, o endividamento das famílias viciadas no hiperconsumo e os desequilíbrios dos balanços de pagamentos.

Investimento Direto no Exterior - % do PIB - EUA



Fonte: FACAMP. *Origens e Natureza da Crise Atual: aspectos internacionais*. Disponível em <http://pt.slideshare.net/feers/aula-cultura-origens-natureza-da-crise-atual-qualitas>. Acesso em 10.01.2017.

China Conta Corrente – US\$ mil



Fonte: FACAMP. *Origens e Natureza da Crise Atual: aspectos internacionais*. Disponível em <http://pt.slideshare.net/feers/aula-cultura-origens-natureza-da-crise-atual-qualitas>. Acesso em 10.01.2017.

A relação simbiótica do chamado “modelo chinês” com as transações financeiras e organizacionais que deram origem às novas formas de concorrência entre as empresas dominantes determinaram uma impressionante mutação nos fluxos de comércio. Não se trata apenas de reafirmar a importância crescente do comércio intrafirmas, mas de destacar o papel decisivo do “global sourcing”, fenômeno que está presente, sobretudo, nas estratégias de deslocalização e de investimento.

Na gênese, desenvolvimento e configuração do ciclo de expansão que culminou na crise está o rearranjo de portfólios, um fenômeno financeiro: o fluxo bruto de capitais privados da Europa e da periferia para os Estados Unidos. A interpenetração financeira suscitou a diversificação dos ativos à escala global e, assim, impôs a “internacionalização” das carteiras dos administradores da riqueza. Os Estados Unidos, beneficiados pela capacidade de atração de seu mercado financeiro amplo e profundo, absorveram um volume de capitais externos superior aos déficits em conta corrente. Em um mundo em que prevalece a mobilidade de capitais, a determinação não vai do déficit em conta corrente para a “poupança externa”. É a elevada liquidez e a alta “elasticidade” dos mercados financeiros globais que patrocinam a exuberante expansão do crédito, a inflação de ativos e o endividamento das famílias.

A flexibilização das relações trabalhistas subordinou o crescimento da renda das famílias ao aumento das horas trabalhadas. As famílias submetidas à lenta evolução dos rendimentos sustentaram a expansão do consumo na vertiginosa expansão do crédito.

As empresas originárias dos países “consumistas” cuidaram de intensificar a estratégia de separar em territórios nacionais distintos os componentes da demanda efetiva: 1) na China e adjacências, a formação de nova capacidade; 2) na América e na periferia europeia, a expansão do consumo; 3) nos paraísos fiscais, a captura dos resultados.

Como já afirmado, a crise financeira internacional de 2008 é filha da ampliação, reprodução e automatização desse movimento de integração internacional das economias capitalistas. As Grandes Transformações foram operadas nos subterrâneos do período de Grande Moderação. A velha toupeira do capitalismo e de seus negócios não só

redefiniu em poucos anos a distribuição espacial da produção, do comércio e dos fluxos de capitais, como cavou os buracos em que iriam soçobrar as crenças sobre a eficiência dos mercados autorregulados no provimento de informações para os agentes racionais e otimizadores.

A queda do investimento na formação da demanda agregada dos países centrais foi mais do que compensada pela aceleração desse componente do gasto na China e vizinhança. Nos últimos sete anos, depois da crise global, a taxa de investimento no Império do Meio flertou como 50% do PIB. O balanço global registra, portanto, a criação generalizada de capacidade produtiva excedente, particularmente nos setores de alta e média tecnologia afetados pelo formidável avanço da graduação tecnológica e dos ganhos de escala na indústria chinesa.

A resposta chinesa à Grande Recessão, o megapacote de investimentos apoiado na expansão do crédito, foi eficaz para sustentar a taxa de crescimento, mas progressivamente as injeções de liquidez da economia deram origem à bolha imobiliária e à atordoante disparada do endividamento do setor privado e das empresas provinciais.

A China vai enfrentar uma transição difícil. Não só está desafiada a enfrentar os desequilíbrios financeiros acumulados nos últimos anos, mas, sobretudo, deverá decifrar os enigmas da construção da nova estratégia de desenvolvimento. Esse comprometimento exige reformas institucionais em diversas áreas cruciais: o papel do setor público, a distribuição de renda, a propriedade da terra, o sistema financeiro, a internacionalização das suas empresas e de sua moeda, para não falar dos riscos envolvidos na abertura da conta de capital.

Essas reformas são muito mais delicadas e complexas do que aquelas implantadas nos últimos trinta anos. Isso demandará reavaliações e revisões, com avanços e recuos, dado o método experimental – por tentativa e erro – utilizado pelas autoridades chinesas. O êxito das reformas deverá consolidar a transição econômica da China de uma economia de comando para uma economia “mista” em que o mercado terá papel importante, mas não terá influência na formulação das estratégias de longo prazo.

Nesse quadro, o divórcio EUA-China se encaminha para uma solução menos amigável com a sedução de novos parceiros, na busca de

relações comerciais e financeiras cuja interdependência possa se revelar mais favorável, em um cenário de concentração do controle das decisões no bloco empresarial hegemônico e de competição entre nações.

A China avança suas forças para a construção do bloco eurasiático, aí incluídas a Rússia e a Índia, e estende sua influência à África e à América Latina, não só como fontes provedoras de matérias primas, mas também como espaço de expansão de empresas chinesas que iniciam um forte movimento de internacionalização. Está claro que os chineses ensaiam cautelosamente, mas firmemente, a internacionalização do yuan (...) ao ampliar a conversibilidade financeira de sua moeda e multiplicar rapidamente os acordos de troca de moedas (*swaps*) com seus parceiros comerciais mais importantes.

O coincidente anúncio do acordo comercial do pacífico (TPP) que, por questões geográficas, dá as costas à Europa e estabelece parceria com países nas áreas de influência dos BRICS, excluindo-os, na mesma semana em que a Rússia invoca protagonismo na questão Síria, possibilitando estabelecer uma posição estratégica naquela área de influência e, simultaneamente, resolver uma das grandes aflições europeias, sinaliza o potencial de formação do bloco de oposição aos Estados Unidos.

A imprensa internacional vem se movendo da interpretação apresentada pela *The Economist* em maio de 2015, sugerindo um pouco afetuoso “abraço de urso” (com o dragão!), para a manchete do *The Guardian* de julho do mesmo ano “China e Rússia: o novo superpotência eixo mundial”, exibindo o exponencial crescimento do comércio da China para Rússia a partir de 2009 e a elevação dos investimentos no mesmo sentido, especialmente a partir de 2013.

Após a crise, tanto Estados Unidos como China, com maior ou menor intensidade, tem dedicado esforços para promover a “re-internationalização” de seus circuitos de “geração de valor” (leia-se formação de renda e emprego). Curiosamente, o que no modelo anterior se apresentava como virtude agora é vício. Nos Estados Unidos, os esforços se concentram na repatriação de parte do parque produtivo norte-americano,

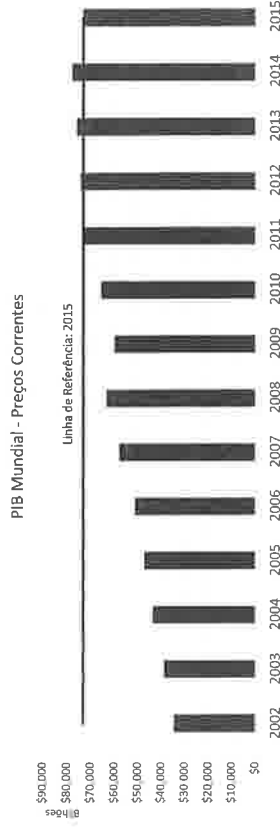
pretensão que esbarra nas tendências à valorização do dólar, tendências inexoravelmente associadas ao poderio de seu mercado financeiro. Na China, a mudança se encaminha para reduzir a dependência das exportações líquidas e da elevada taxa de investimento, e elevar o consumo e a participação dos serviços na formação da renda e do emprego.

Emparedados entre a queda das receitas, a ampliação automática das despesas e o socorro aos bancos moribundos, os governos dos “desenvolvidos” lutam contra os déficits fiscais e a letargia das suas economias.

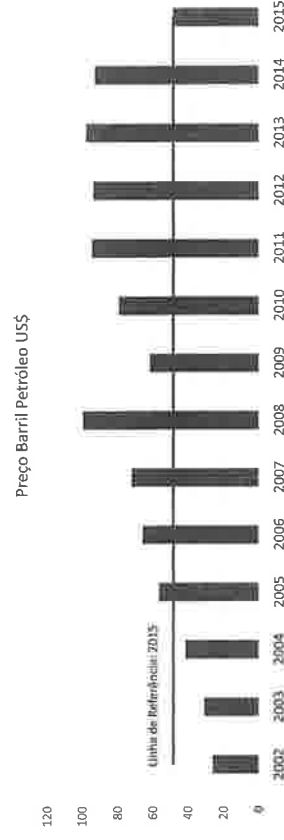
Muitos economistas falam da globalização, mas continuam apri-sionados nos grilhões mentais das economias nacionais como entidades abstratas, desconectadas de suas relações com o resto do mundo. Para eles, os movimentos finais da sinfonia inspirada nos arranjos melódicos do início dos anos 80 soam como a “crise da China”. Para este, digamos, estilo de pensamento, qualificado por Charles Wright Mills de “empirismo abstrato”, as relações entre as economias estão sintetizadas nos registros dos balanços de pagamentos. Esses registros são úteis e importantes, mas apenas enquanto verificação dos resultados dos processos sociais e econômicos globais que transformam continuamente as estruturas geoeconômicas a partir dos movimentos do capital financeiro, realocação espacial do investimento direto produtivo, e, finalmente, das mudanças daí decorrentes na composição dos fluxos de comércio.

A permanência da desarticulação dos nexos econômicos provocados pela crise é patente nos dados globais. Os dados do FMI para o PIB mundial em 2015 a preços correntes apresentam valores inferiores ao de 2012, e para o índice de preços das *commodities* não combustíveis apresentam valores inferiores ao de 2006, o preço do barril do petróleo é o menor dos últimos 10 anos, segundo dados do FED de St. Louis.

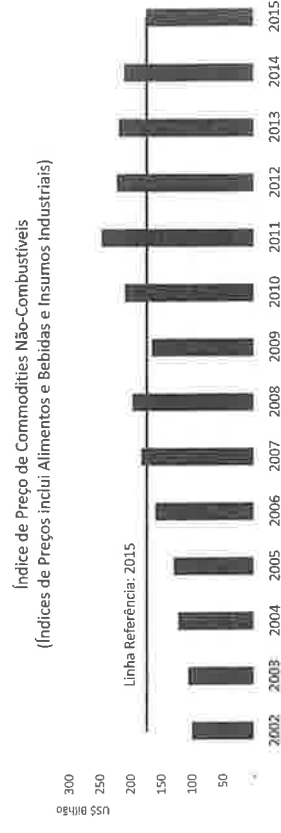
CAPÍTULO II – GLOBALIZAÇÃO



Fonte: Elaboração própria com dados do FMI *World Economic Outlook*, Abril/2016.



Fonte: Elaboração própria com dados do *Federal Reserve Bank of St. Louis*



Fonte: Elaboração própria com dados do FMI *World Economic Outlook*, Abril/2016

Na onda da política de inundação de liquidez (*quantitative easing*), como resposta à crise de 2008, enquanto os “mercados” se dedicam à

bulha da recompra das próprias ações e mandam bala na distribuição de dividendos com a grana do *Federal Reserve*, o desempenho da “economia real” patina. Nos tempos de certezas tão peremptórias quanto enredadas em suas tolices, o Relatório Anual do *Bank of International Settlements* – 2014/2015 (BIS), sem transgredir os limites do “economicamente correto”, ousa reabilitar questões expurgadas do receituário consagrado pelo *establishment* político-econômico, antes e depois da crise financeira. “*Isso tem tudo a ver com a forma de expansão do crédito. Ao invés de financiar a aquisição de bens e serviços, o que eleva os gastos e o produto, a expansão do crédito está simplesmente financiando a aquisição de ativos já existentes, sejam eles ‘reais’ (imóveis ou empresas) ou financeiros*”.

A crise de 2008 escancarou as relações carnavais entre o dinheiro, as finanças públicas e os mercados financeiros privados no capitalismo contemporâneo. A política de inundação de liquidez (*quantitative easing*) descarregou bilhões nos bancos, salvando os detentores e gestores da riqueza acumulada da desvalorização desastrosa dos estoques de ativos. Entupidos de grana, os bancos refugam estimular o fluxo de crédito para financiar gastos na produção e no emprego, não emprestam para o investimento e o consumo. A taxa de juros vigente determina o destino e efeitos dos novos depósitos nos bancos e não o contrário. A fixação do “preço do dinheiro” pelo banco central (taxa de juros básica) tem o propósito de influenciar mudanças na composição dos ativos dos possuidores de riqueza, intermediadas pelo sistema bancário.

Assim como o BIS, o FED⁷ publicou estudo em novembro de 2015 iluminando essa questão:

(...) em reação à turbulência financeira e ao rompimento do crédito associado à crise financeira global, corporações procuraram ativamente aumentar recursos líquidos a fim de acumular ativos financeiros e reforçar seus balanços. Se esse tipo de cautela das

empresas tem sido relevante, isso pode ter conduzido a investimentos mais frágeis do que o normalmente esperado e ajuda a explicar a fraqueza da recuperação da economia global (...) descobrimos que a contraparte do declínio nos recursos voltados para investimentos são as elevações nos pagamentos para investidores sob a forma de dividendos e recompras das próprias ações (...) e, em menor extensão, a acumulação líquida elevada de ativos financeiros.

As matérias intituladas “Sem munição” e “Estranhos caminhos para a frente”, publicadas na edição do dia 19 de fevereiro de 2016 da revista *The Economist*, corroboram o fracasso do *quantitative easing* em reanimar as economias desenvolvidas.

A *The Economist* chama a atenção do leitor para os receios que assediam os investidores: a economia mundial pode estar afundando em outra desaceleração. Diante da impossibilidade de manejo das taxas de juro, já negativas ou próximas de zero na maioria das economias desenvolvidas, os *policy makers* estão desarmados para enfrentar a recessão.

De forma surpreendente, a revista sugere aos governos trabalharem com estímulos fiscais para sacudirem a economia de seu letárgico crescimento.

É particularmente heterodoxa sua conclamação aos políticos para que se juntem aos bancos centrais no combate à crise: “Passar por cima dos bancos e mercados financeiros e pôr dinheiro fresco diretamente no bolso das pessoas (...). Encorajando-as a gastar e não poupar” ou “ganhos salariais para gerar uma espiral salários-preço”.

A revista sugere também o manejo de “ferramentas menos arriscadas”. Propõe desavergonhadamente o emprego da política fiscal para estimular o crescimento, uma heresia capaz de provocar frêmitos e chiados aos herdeiros de Walter Bagehot:

Mercados de ativos (*bond markets*) e agências de classificação vão olhar mais gentilmente o aumento da dívida pública se existirem ativos frescos e produtivos do outro lado dos balanços. Acima de tudo, tais ativos deveriam envolver infraestrutura (...). Seria sábio

⁷ GRUBER, Joseph; KAMIN, Steve. *The Corporate Saving Glut in the Aftermath of the Global Financial Crisis*. *International Finance*. Discussion Papers of Federal Reserve. Disponível em <http://www.federalreserve.gov/econresdata/ifdp/2015/files/ifdp1150.pdf>. Acesso em 16.02.2016.

pare. Estes passatempos podem constituir agradáveis distrações e despertar muito entusiasmo, embora todos os participantes saibam que é a cabra-cega que está dando voltas a esmo ou que, quando a música para, alguém ficará sem assento.⁸

O fetiche da liquidez se reflete na hierarquização e arbitragem entre as diferentes moedas nacionais e regionais. A abertura das contas de capital suscitou a disseminação dos regimes de taxas de câmbio fluentes que ampliaram o papel de “ativos financeiros” das moedas nacionais, não raro em detrimento de sua dimensão de preço relativo entre importações e exportações. As flutuações das moedas ensejaram oportunidades de arbitragem e especulação ao capital financeiro internacionalizado e tornaram as políticas monetárias e fiscais domésticas reféns da volatilidade das taxas de juros e das taxas de câmbio.

No pós-crise, o *quantitative easing* afetou muito pouco a utilização do dólar como moeda de denominação das transações comerciais e financeiras e fomentou ganhos e incentivos ao endividamento no mercado internacional.

As políticas monetárias expansionistas das economias avançadas foram, como de costume, acompanhadas de fluxos de capital maiores para os mercados emergentes, em busca de retornos mais elevados.

Mesmo no caso de credores não bancários, como os gestores de ativos que concedem crédito através da compra de títulos corporativos, os investimentos dos fundos tendem a flutuar com as condições de mercado, abrindo um canal de assunção de riscos.

Esse “canal de tomada de risco” configura aquilo que o estudo do BIS, *Breaking free of the triple coincidence in international finance*, denominou de “*suporte empírico para uma série de resultados em que um dólar forte está associado a maior restrição das condições de abastecimento de crédito*”.

O Fundo Monetário Internacional tem publicado avisos alarmantes quanto aos riscos decorrentes do aumento do endividamento dos

para os governos trabalharem mais na melhoria da infraestrutura pública (...). Programas maiores e de longa duração de gastos de capital público dariam às empresas privadas uma maior confiança sobre a demanda futura e tornariam mais provável uma recuperação sustentada.

Qualquer semelhança com as ideias apresentadas na Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, de John Maynard Keynes, a mais importante contribuição do século XX ao pensamento econômico e que em 2016 completou 80 anos, não é mera coincidência.

As exóticas operações financeiras que antecederam a crise de 2008 no mercado hipotecário estadunidense, os mais de R\$ 500 bilhões de juros que sangram a economia brasileira ou a exposição em derivativos do *Deutsche Bank*, equivalente a vinte vezes o PIB alemão, são manifestações do mesmo fenômeno: o fetiche da liquidez.

Este é o resultado inevitável dos mercados financeiros organizados em torno da chamada ‘liquidez’. Entre as máximas da fiança ortodoxa, seguramente nenhuma é mais antissocial que o fetiche da liquidez, a doutrina que diz ser uma das virtudes positivas das instituições investidoras concentrar seus recursos na posse de valores ‘líquidos’. Ela ignora que não existe algo como a liquidez do investimento para a comunidade como um todo. A finalidade social do investimento bem orientado deveria ser o domínio das forças obscuras do tempo e da ignorância que rodeiam o nosso futuro. O objetivo real e secreto dos investimentos mais habilmente efetuados em nossos dias é ‘sair disparado na frente’ como se diz coloquialmente, estimular a multidão e transferir adiante a moeda falsa ou em depreciação.

Esta luta de esperteza para prever com alguns meses de antecedência as bases de avaliação convencional, muito mais do que a renda provável de um investimento durante anos, nem sequer exige que haja idiotas no público para encher a pança dos profissionais: a partida pode ser jogada entre estes mesmos. Também não é necessário que alguns continuem acreditando, ingenuamente, que a base convencional de avaliação tenha qualquer validade real a longo prazo. Trata-se, por assim dizer, de brincadeiras como o jogo do anel, a cabra-cega, as cadeiras musicais. É preciso passar o anel ao vizinho antes do jogo acabar, agarrar o outro para ser por este substituído, encontrar uma cadeira antes que a música

⁸ KEYNES, John M. *A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 129.

países emergentes em dólares que pode nos brindar com o enredo da novela conhecido como “não vale a pena ver de novo”, impondo mais uma vez ao mundo os ônus decorrentes de um único país deter o monopólio do controle da moeda internacional.

Os títulos dos governos se constituem no “lastro de última instância” dos mercados financeiros globais “securitizados”. No que respeita à segurança e à liquidez, há uma hierarquia entre os papéis soberanos emitidos pelos distintos países, supostamente construída a partir dos fundamentos fiscais “nacionais”. Mas, essa escala reflete, sobretudo, a hierarquia das moedas nacionais, expressa nos prêmios de risco e de liquidez acrescidos às taxas básicas de juros dos países de moeda não conversível.

Os diferenciais de juros entre países são determinados pelo “grau de confiança” que os mercados globais estão dispostos a conferir às políticas nacionais dos clientes que administram moedas destituídas de reputação internacional.

O câmbio flutuante continua à mercê das peculiaridades idiossincráticas dos mercados de ativos. Os bancos centrais dos países de moeda não conversível são obrigados a “sujar” suas flutuações, pois suas taxas de juros e de câmbio se tomaram reféns das bruscas reações dos portfólios globais, sensíveis a mudanças na política monetária dos senhores da senhoriação. As tendências à apreciação ou depreciação da moeda nacional dependem do estágio em que se encontra o fluxo de capitais, e do maior ou menor “descasamento” entre os ativos e os passivos em dólar dos bancos, empresas e rentistas sediados no país de moeda inconvertível.

A internacionalização do capital não é algo novo. Esse movimento está no nascimento e na própria natureza do capitalismo, como apontado em 1848:

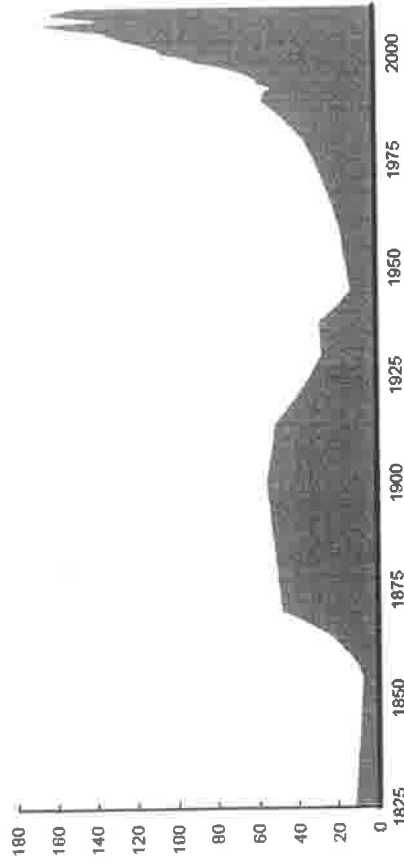
Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas

indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas de regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo. Ao invés de antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longinquas e de climas os mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. As criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum. A estreiteza e a unilateralidade nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das numerosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal (...). Assistimos hoje a um processo semelhante (...) a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou.⁹

Como aponta o estudo do *Financial globalization: retreat or reset* do *McKinsey Global Institute*, publicado em 2013, a globalização financeira sofre um interregno durante o século XX.

⁹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “Manifesto do Partido Comunista”. In: *Obras Escollidas*. vol. 1. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, pp. 44/45.

Dois eras de globalização financeira
 Ativos de investimentos estrangeiros globais
 % do PIB do país de amostra¹



¹De 1825 a 1938, a nossa amostra de países inclui Canadá, França, Japão, Holanda, EUA, Reino Unido e outros países europeus. A amostra se expande conforme os dados se tornam disponíveis. Por volta de 1990, o número de países aumenta para 79.

Fonte: *IMF Balance of Payments*. Federal Reserve Flow of Funds – US Treasury; OBSTFELD, Maurice; TAYLOR, Alan M. *Global Capital Markets: Integration, Crisis, and Growth*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004; McKinsey Global Institute analysis.

O verdadeiro sentido da globalização é o acirramento da concorrência entre empresas, trabalhadores e nações, inserida em uma estrutura financeira global monetariamente hierarquizada. O corolário desse processo indica mudanças estruturais na dinâmica da economia mundial, descortinando uma nova fase edificada por simbioses e contradições das relações “inter-nacionais”, que elevaram exponencialmente a complexidade da gestão das políticas econômicas nacionais.

No período do pós-guerra, o comércio internacional configurava uma variável residual das economias nacionais e as políticas empresariais adaptadas às dos Estados. Na atualidade, as políticas econômicas “internas” estão limitadas pela busca de condições atraentes para os capitais em movimento. O presente período se distingue pelo protagonismo da empresa e da finança globalizada.

O nacionalismo xenófobo de Donald Trump nos EUA, a saída do Reino Unido na União Europeia, a tensão entre a Alemanha e a política monetária do senhor Mario Draghi na Zona do Euro e o Japão à beira da recessão são sintomas de que mesmo as economias centrais,

em outros tempos denominadas hegemônicas, se convulsionam ante a falência dos nexos para a geração de renda e crescimento pelo faticamento geográfico da demanda efetiva. É duvidosa a viabilidade da reedição de soluções unilaterais.

Em 1944, as instituições financeiras multilaterais de Breton Woods – o Banco Mundial e o FMI – nasceram com poderes inferiores aos desejados por Keynes e Dexter White, respectivamente representantes da Inglaterra e dos Estados Unidos nas negociações do acordo.

Keynes propôs a *Cleaning Union*, uma espécie de Banco Central dos bancos centrais. O Plano visava, sobretudo, eliminar o papel perturbador exercido por qualquer divisa-chave enquanto último ativo de reserva do sistema. Tratava-se não só de conformar o inconveniente de submeter o dinheiro universal às políticas econômicas do país emissor, mas também de evitar que a moeda internacional assumisse a função de um perigoso agente da “fuga para a liquidez”.

A referência indica o reconhecimento implícito da diferença de qualidade entre os títulos de riqueza denominados nas moedas nacionais e os carimbados com o selo da moeda universal: são substitutos imperfeitos. Por isso, ao invés de proporcionar a esperada convergência das taxas de juros, a mobilidade de capitais tem proporcionado ganhos aos mercados financeiros decorrentes da arbitragem entre juros internos e externos, descontados ou acrescidos os diferenciais de inflação esperada.

Passados mais de 70 anos, ainda ecoa a advertência que taxas de juros fixadas por fatores externos não podem conduzir o investimento doméstico ao melhor aproveitamento dos fatores de produção disponíveis, enquanto as crises cambiais nos emergentes se repetem em tediosa e monótona cadência.

Sugerimos uma sessão de mesa branca para invocar Maynard Keynes.